UPDATE #37 2018

Digital Business Community

DIGITAL BUSINESS DINNER RESERVADO

António Gameiro Marques

Diretor Geral do Gabinete Nacional de Segurança

9 JULHO 2019

Hotel EPIC Sana Lisboa

Unir esforços na cibersegurança é prioritário

O reforço da cooperação e das parcerias entre as entidades públicas e o setor privado é a resposta mais eficaz para garantir elevados níveis de cibersegurança no espaço nacional. Só por esta via se poderá criar um verdadeiro ecossistema e tirar partido das muitas oportunidades que existem, no âmbito de um quadro legal que estará completo e em vigor até final do ano. Com as empresas TIC já estão a ser identificadas áreas de colaboração.

A NOVA VERSÃO da Estratégia Nacional de Segurança no Ciberespaço (ENSC) está a ser ultimada e a lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva europeia SRI (Segurança das Redes e dos Sistemas de Informação) já foi aprovada pelo Parlamento. Até final do ano, estarão criadas todas as condições para garantir a segurança online no mercado nacional, como garantiu o diretor-geral do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), o Contra-Almirante António Gameiro Marques, que foi o orador convidado de um Digital Business Dinner reservado, que decorreu a 9 de julho.

Neste encontro participou também o novo coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), Lino Marques, assim como os líderes das principais empresas das TIC e Media do mercado nacional. O objetivo foi encontrar novas formas de partilha, colaboração e de estreitamento de relações entre o GNS, entidade responsável pela segurança da informação classificada nacional, e o CNCS, organismo que funciona na esfera do primeiro, tendo a missão de garantir a cibersegurança nacional.

O líder do GNS começou por apresentar os traços gerais da nova Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço (a primeira versão foi aprovada em meados de 2015), onde se estabelecem os objetivos e linhas de ação com vista a uma eficaz gestão de crises, à coordenação da resposta operacional a ciberataques e ao desenvolvimento das sinergias nacionais e internacionais.

DEBATE ABERTO DA PROPOSTA

Na nova versão, foi alargado o debate a todos os intervenientes dos setores público e privado, estando o processo já concluído e a proposta entregue à tutela, a ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel

O Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança apresentou as linhas gerais da nova Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, onde o debate foi alargado aos intervenientes dos setores público e privado

Leitão Marques. Agora, "estamos prontos a receber contributos e a debater a proposta", se for levada a consulta pública, porque sendo um documento nacional, tem que ser inclusivo e resiliente, destacou este responsável.

O documento tem três grandes objetivos estratégicos que se pretendem alcançar, a começar pelo que é considerado por António Gameiro Marques como o maior desafio: a captação e retenção de talento na cibersegurança. "Para nós (GNS/CNCS) é muito difícil competir nesta área. Já identificámos as nossas diferenças positivas e é nelas que temos que investir", refere.

Promover a investigação, desenvolvimento e inovação, com ligação à indústria, sendo o GNS/CNCS um "broker entre as universidades e a indústria, no sentido de promover o desenvolvimento de novas ideias", é outro objetivo definido. Nesta área, prevê que seja definido até outubro um plano no sentido de desenvolver nas várias universidades nacionais áreas específicas de cibersegurança, numa lógica de complementaridade entre elas, evitando-se a replicação de projetos. Maximizar a resiliência do Estado e do país, no contexto de potenciais ciberataques que possam vir a surgir é o terceiro objetivo estratégico.

Para concretizar estes objetivos, o orador explica

O Presidente da APDC, Rogério Carapuça, destacou a importância deste formato de eventos, que permite uma partilha de ideias entre os líderes dos patrocinadores anuais e o orador

que se definiram um conjunto de medidas assentes em seis eixos distintos. Primeiro, a governança, porque o GNS/CNCS "não trabalha sozinho, mas em articulação e estreita cooperação com as estruturas nacionais responsáveis pela ciberespionagem, ciberdefesa e cibercrime e ciberterrorismo, além dos vários setores da economia, universidades e de áreas como a Educação". Neste âmbito, a nova ENSC estabelece que terá que ser definido um plano de ação até, no máximo, 120 dias a sua publicação.

Investir na prevenção, através da educação e sensibilização, é outro eixo. Nesta matéria, o ministério da Educação está já a trabalhar no sentido de introduzir o tema da cibersegurança nos currículos do ensino obrigatório, na disciplina de cidadania. Há ainda que reforçar a atuação das entidades que vigiam o ciberespaço, para poderem "analisar de forma mais fundamental tudo o que se passa no mundo online".

ENVOLVER TODO O ECOSSISTEMA

A proteção é o 3º eixo, no sentido de se garantirem as infraestruturas e os serviços essenciais. Nesta matéria, António Gameiro Marques considera que, para haver resiliência, terá que

Um dos grandes desafios está, para António Gameiro Marques, na atração e retenção de talento para que o GNS/CNCS possa desenvolver a sua missão

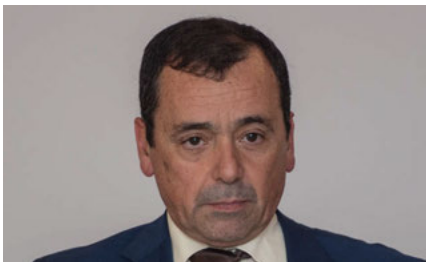
se envolver no processo todo o ecossistema. Já foram assinados 57 protocolos com entidades privadas e o GNS/CNCS está a avançar com mais parcerias.

Saber como responder a ataques e a investigação, desenvolvimento e inovação são os dois eixos seguintes. "Tem que se olhar para o futuro. Aqui, a ligação das universidades às empresas é importante, porque a inovação aplicada é a mais relevante. Temos que ser mais ambiciosos", refere o orador, que destaca ainda o último eixo, o da cooperação nacional e internacional, onde há que "elencar um conjunto de medidas que a vão materializar".

Este documento estratégico, onde anualmente se definirá um plano de atividades mais detalhado, que monitorizado pelo Conselho Nacional de Cibersegurança, é complementado pela lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva SRI (segurança das redes e sistemas de informação da UE), aprovada em meados de julho pelo Parlamento.

ALIANÇA NA CIBERSEGURANÇA

No debate que se seguiu, o responsável pelo GNS/CNCS admitiu que o organismo tem tido



António Gameiro Marques

Diretor-Geral, Gabinete Nacional de Segurança

"A Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço, na sua revisão, apostou na inovação na forma como foi concebida, tendo-se alargado o debate a todos os intervenientes"

"Vemo-nos como brokers entre as universidades e a indústria, no sentido de promover o desenvolvimento de novas ideias"

"O CNCS não trabalha sozinho, mas em articulação e estreita cooperação com as estruturas responsáveis pela ciberespionagem, ciberdefesa, cibercrime e ciberterrorismo. Além dos setores da economia, das universidades e de áreas como da Educação. Por isso, precisa de uma estrutura de governance"

"Por muito que se saiba sobre estes temas, têm que ser treinados e experimentados. Sem exceção, temos que fazer exercícios que representem a realidade"

"Somos competitivos à entrada, nos jovens. Mas também precisamos de profissionais com competências a nível técnico. Sem pessoas nada se faz. Será fundamental para que o CNCS se autonomize e tinha uma marca e identidade própria. Precisa de ganhar massa crítica"

"A proposta de lei foi além do que a diretiva SRI preconizava. O documento é facilitador, porque cria os edifícios necessários em matéria de cibersegurança"

Foi analisado pelos presentes o reforço da cooperação com as empresas TIC em temas como as campanhas de sensibilização aos cidadãos e o envolvimento de startups no processo

muitas dificuldades em chegar às PME's portuguesas assim como às autarquias, no sentido de as envolver nas iniciativas nacionais em torno da cibersegurança de uma forma abrangente e eficaz. Nesta matéria, considera que o papel de associações como a APDC e das suas empresas associadas assume grande relevo, defendendo mesmo a realização de uma verdadeira "aliança na cibersegurança".

No âmbito do reforço da cooperação com as empresas TIC, foi analisada a possibilidade de os operadores de comunicações contribuírem para a sensibilização dos cidadãos para este tema. Envolver as startups portuguesas na rede nacional de CSIRT's - um fórum de partilha de informação de carácter operacional composto por equipas de resposta a incidentes e de partilha de boas práticas de segurança – foi outra área debatida.

Questionado sobre a possibilidade de Portugal ter capacidade de captar mais centros internacionais de cibersegurança, o líder do GNS admite que sim, desde que "seja bem pensado, com a identificação e nichos de mercado". Nomeadamente através de um "movimento virtuoso em torno da Cyber Defense Academy da

NATO" e das atividades ligadas à soberania.
Já no que respeita à capacidade de coordenação nacional perante um incidente de cibersegurança e a existência de regras e orientações, referiu que neste momento existe um conjunto de regras, criado especificamente para a Administração Pública para se classificarem os organismos por nível de maturidade na análise de risco. Estas regras estão também a ser utilizadas por entidades que prestam serviços essenciais. Há ainda a rede nacional de CSIRTs, que funciona como um centro de partilha de informação tecnológica e de segurança, estando ligada à rede europeia CSIRT e à rede mundial.

TREINO E EXPERIMENTAÇÃO

Mas, mais do que regras, destaca que o fundamental é a aprendizagem, através do treino e experimentação. É nisso que se está a apostar, referindo o primeiro Exercício Nacional de Cibersegurança (ExNCS), realizado a 9 e 10 de maio, que visou testar e avaliar os métodos e procedimentos de cibersegurança de entidades dos setores público e privado. Estiveram envolvidas 42 entidades e António Gameiro Marques adianta que no final do ano será realizado outro, de âmbito mais restrito.
O orador considera que a maior dificuldade na missão do GNS/CNCS é o talento na área da cibersegurança, problema que se estende a todo o mercado. "Sem pessoas nada se faz. Precisamos de profissionais com competências a nível técnico e isso é fundamental para que o CNCS se autonomize e tenha uma marca e identidade própria. Precisa de ganhar massa crítica", explica.
Já na área de segurança by design, nada foi feito ainda, embora o orador convidado refira que a "União Europeia está a pensar na regulação desta matéria. Agora, quanto tempo vai demorar, não se sabe", destacou, mostrando-se preocupado com a utilização massiva de tecnologia sem haver normativos. O caso mais flagrante é o das smart cities, onde o CNCS está a tentar elaborar um conjunto de regras mínimas, de forma a garantir a privacidade dos cidadãos. O poder da internet e das fake news foi também referido como exemplo de contrainformação. Aqui, haverá a necessidade de fazer uma "reflexão profunda". Afinal, tudo passa pelo fomento da sensibilização dos utilizadores do online.•

Patrocinador do Digital Business Dinner Reservado

CISCO

Patrocinadores Silver

accenture altice ALTRAN ctt ERICSSON indra NOS vodafone

Patrocinadores Bronze

AXIANS CGI CISCO DELOITTE DXC TECHNOLOGY FUJITSU GFI GOOGLE HP HPE IBM MICROSOFT NOVABASE PAYPAL RANDSTAD SAS

Parceiros

NOSSA VdA VIATECLA